



Ofício Circular 14/74  
29/2/74 (A)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

CONSELHO DE MINISTROS

SUMULA DAS DELIBERAÇÕES

TOMADAS EM REUNIÃO DE 27 DE AGOSTO DE 1974

Na impossibilidade da sua presença em toda a reunião, o Ministro do Trabalho, no período da tarde fez-se representar pelo Secretário de Estado do Trabalho. No período da tarde, não participaram dos trabalhos os Ministros da Coordenação Interterritorial e dos Negócios Estrangeiros, fazendo-se este representar pelo respectivo Secretário de Estado.

1. ORDEM DO DIA

- 1.1. Foi aprovada a sumula da sessão anterior.
- 1.2. Foi retirado o ponto 5 da agenda, isto é, apreciação do programa do Ministério da Justiça.
- 1.3.1. Foi aprovado o princípio das ligações horizontais entre Secretários e Subsecretários de Estado mas não as ligações directas entre os Secretários de Estado e os Directores Gerais doutras Secretarias de Estado ou Ministérios.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

- 1.3.2. Foi aprovado também que os Secretários e Subsecretários de Estado elaborassem um apontamento descritivo sobre as situações verificadas e a forma de as resolver.
- 1.4. Foi aprovado que:
- a) o projecto de portaria com as fórmulas de diplomas circulasse pelo prazo de 5 dias a contar de hoje;
  - b) em relação à fórmula de encerramento de correspondência se aguardarão sugestões dos Ministros;
  - c) fossem circuladas, conjuntamente, fórmulas de encerramento de correspondência usadas noutros países;
  - d) passe a ser adoptada, nas tomadas de posse, fórmula idêntica à adoptada pela Presidência da Republica para a posse dos Ministros, Secretários ou Subsecretários de Estado.
- 1.5.1. Foi aprovado, com alterações, o projecto de diploma legal que, revogando a lei 2 105, limita os vencimentos dos corpos gerentes de algumas empresas.
- 1.5.2. Pelo Ministro da Justiça foi solicitado o fornecimento duma lista das empresas abrangidas pelo artigo 19º do diploma.
- 1.6. Foi deliberado incluir na agenda da reunião de 6ª feira a apreciação do projecto de diploma sobre descongelamento de salários e poupança forçada.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

1.7.1. Foi apreciada a situação da indústria de camionagem.

Verificaram-se intervenções dos Ministros Sem Pasta e Ministros da Economia, dos Assuntos Sociais, da Administração Interna e do Equipamento Social.

1.7.2. Foi autorizado por maioria o aumento de tarifas de 25%.

1.7.3. O Ministério do Equipamento estudarã, com rapidez, a reestruturação do sector, favorecendo fusões e concentrações de pequenas e médias empresas mas tendo em atenção que deverão contrariar-se as tendências monopolísticas.

1.8. Foi aprovado, com alterações, o projecto de revisão de preços de obras públicas.

1.9.1. Foi discutida a situação financeira da CP.

Verificaram-se intervenções do Ministro das Finanças, Ministro da Educação, Ministro Sem Pasta Vitor Alves, Ministro Sem Pasta Magalhães Mota, Ministro da Justiça, Ministro Sem Pasta Álvaro Cunhal e Ministro do Equipamento Social.

1.9.2. Foi deliberado:

- a) não efectuar, no momento, qualquer aumento tarifário;
- b) apoiar, financeiramente, através do Ministério das Finanças, a CP;
- c) divulgar publicamente a situação da CP chamando a atenção para o aumento do déficite que se vai verificando e para a necessidade de, definir objectivos e de os resolver em termos de empresa.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

- 1.9.3. Foi aprovado o decreto que cria um crédito especial de 500 000 contos à CP.
- 1.10. Foram aprovadas, com alterações, as normas de crédito a praticar pela Caixa Geral de Depósitos à construção e aos adquirentes de habitações para uso próprio.
- 1.11. Foi aprovado o projecto de diploma que estabelece incentivos à aquisição de casas para habitação e à aquisição de terrenos para construção.
- 1.12.1. Tendo o Ministro do Trabalho que deslocar-se à TAP foi resolvido proceder-se seguidamente à discussão dos temas não incluídos na agenda, aguardando-se a chegada do Secretário de Estado do Trabalho para se iniciar a discussão dos pontos referentes àquele departamento de Estado.
- 1.12.2. Pelo Ministro da Economia foi levantado o problema duma reflexão sobre tal facto, uma vez que a importância do problema TAP que se não nega, não parece dever prevalecer sobre problemas de âmbito mais vasto, como são os incluídos na agenda.
- 1.13. Foi aprovado, com alterações, o projecto de diploma legal relativo às relações colectivas de trabalho.
- 1.14. Foi deliberado incluir na agenda de 6ª feira os diplomas relativos a associações patronais e sindicais.
- 1.15. O Ministro da Administração Interna deu conhecimento ao Conselho das



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

designações dos seguintes Governadores Civis:

- a) Castelo Branco - Dr. Vasco Luís da Conceição e Silva;
- b) Coimbra - Dr. Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque;
- c) Porto - Dr. Mário Cal Brandão.

## 2. ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA AGENDA

2.1.1. Foi debatido o problema da eventual publicidade a dar ao projecto de lei eleitoral.

Verificaram-se intervenções dos Ministros Sem Pasta Vitor Alves, Melo Antunes, Álvaro Cunhal e Magalhães Mota e dos Ministros da Justiça, da Educação e Cultura, da Economia e da Comunicação Social.

2.1.2. Foi deliberado:

- a) divulgar a proposta da Comissão;
- b) que o Primeiro Ministro e os Ministros Sem Pasta Militares colhessem previamente a opinião do Conselho de Estado e verificassem se há ou não, por parte deste órgão, inconveniente político nessa divulgação;
- c) por voto de qualidade (desempate) do Primeiro Ministro não publicar os votos vencido.

2.2.1. O Primeiro Ministro deu conhecimento da situação na TAP caracterizada como greve política.

Foi apresentado um projecto de resolução para mobilização e submissão ao foro militar da TAP, que foi aprovado.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

- 2.3.1. Pelo Primeiro Ministro foi dado conhecimento ao Conselho do protocolo assinado entre o Governo Português e o PAIGC.
- 2.3.2. Pelos Ministro Sem Pasta Álvaro Cunhal, da Educação e Cultura, da Justiça, Magalhães Mota, dos Assuntos Sociais, do Equipamento Social e da Defesa Nacional foi salientada a importância do acordo.
- 2.3.3. Foi guardado um minuto de silêncio em homenagem a quantos morreram na Guiné e cujo sacrifício contribuiu para a paz ora alcançada.
- 2.4. O Ministro da Administração Interna chamou a atenção do Conselho para os seguintes pontos:
- a) para a necessidade de se preverem perturbações nalguns serviços assegurados pelas autarquias locais (matadouros e serviços municipalizados);
  - b) para o facto de se pretender equiparação de salários nos vários serviços municipalizados e comissões administrativas o que causará dificuldades a algumas delas;
  - c) lamentou que os jornais e partidos políticos continuem desprestigiando a PSP e não tenham tido uma palavra de protesto pela morte dum polícia.
- 2.5.1. O Ministro das Finanças deu conhecimento ao Conselho das reivindicações do pessoal do Banco de Portugal.
- 2.5.2. Foi deliberado efectivar a nacionalização do Banco de Portugal, do Banco de Angola e do Banco Nacional Ultramarino, iniciando-se a discussão dos respectivos diplomas.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

- 2.5.3. Na próxima 6ª feira, com prioridade, serão discutidos os projectos de diplomas sobre as referidas nacionalizações.
- 2.6. Foi deliberado reduzir, de acordo com as indicações do Banco de Portugal, os limites de divisas que podem levar-se para o estrangeiro em via gem de turismo.
- 2.7. Foi aprovado o comunicado do Conselho relativo à mobilização dos TAP.
- 2.8. Foi aprovado o diploma que autoriza os corpos administrativos, as federações de municípios e serviços municipalizados a conceder aos seus servidores as melhorias de vencimentos adoptados relativamente aos funcionários civis do Estado.

## Fundação, Cuidar o Futuro

- 2.9.1. O Ministro do Equipamento deu conhecimento ao País da situação dos TLP.
- 2.9.2. Verificaram-se intervenções do Ministro Sem Pasta Álvaro Cunhal, Ministro das Finanças, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Economia, Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, Ministro Sem Pasta Melo Antunes.
- 2.9.3. Foi deliberado aprovar um aumento salarial até ao montante total de 20 000 contos, condicionado a que não se efectivem novas revisões no ano de 1975.